PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE EDUCAÇÃO DE GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

TATIANE CLAIR SILVA

RESUMO
No que diz respeito à educação sobre os direitos de os alunos manifestarem suas diversidades, principalmente no que diz respeito ao gênero e sexualidade, a escola pública brasileira ainda é caracterizada como um espaço conservador e reprodutor dos padrões heteronormativos. Pesquisas mostram que a escola é regida por gestores, professores e funcionários que apresentam dificuldades de lidar com a questão, inclusive tendo muitas vezes atitudes reconhecidas pelos alunos como homofóbicas. Nestes termos, o principal objetivo desta revisão integralista foi de compreender e explicar as percepções docentes sobre as temáticas educação de gênero, diversidade sexual e homofobia na escola. Para alcançar este objetivo foi feita uma revisão integrativa. As bases de dados utilizadas para o levantamento de dados foram às plataformas da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e a Biblioteca Virtual Coleção Scientific Eletronic Library Online (Scielo). Os descritores utilizados para a busca dos artigos que tratavam das temáticas foram os seguintes: percepções docentes sobre educação de gênero, percepções docentes sobre diversidade sexual e percepções docentes sobre homofobia. A pergunta problema que direcionou o levantamento da literatura e as discussões foi a seguinte: quais são as percepções docentes sobre educação de gênero e homofobia na perspectiva dos direitos humanos no contexto escolar? A princípio foram selecionados um total de 19 artigos. Após uma avaliação sistemática dos artigos, foram selecionados aqueles que estavam de acordo com os objetivos e critérios estabelecidos a priori, sendo 03 artigos da plataforma Scielo e 08 da Lilacs entre os anos de 2011 a 2017. Os resultados evidenciaram que os docentes manifestam concepções reducionistas acerca de temas relacionados a gênero, sexualidade e homofobia no contexto escolar. A respeito desta última, manifestaram que devem ser combatidos todos os tipos de práticas homofóbicas, contudo, em suas percepções discursivas é possível identificar crenças homofóbicas, que levam a práticas homofóbicas. Em relação à questão dos Direitos Humanos, os docentes manifestaram pouco entendimento sobre as relações necessárias destes com a questão da educação de gênero, diversidade sexual e combate a homofobia. Nesse sentido, as crenças de caráter pessoais, principalmente religiosas, têm mais poder e importância que os princípios estabelecidos para os Direitos Humanos em per si. Pode-se concluir que, faz-se necessário que as práticas de formação no contexto escolar, precisam abordar, de modo mais incisivo e significativo, os temas relacionados aos direitos dos alunos a manifestação da diversidade sexual e gênero, bem como, ao combate a homofobia, isto, relacionando as temáticas aos Direitos Humanos. Estudar e refletir que independente das crenças e tradições religiosas, culturais, políticas etc., o respeito pela subjetividade do outro é de fundamental importância para se construir um contexto educacional democrático, com vistas ao respeito dos direitos individuais e coletivos dos sujeitos escolares.

Palavras-Chave: Percepções Docentes. Educação de Gênero. Homofobia.

ABSTRACT
With regard to education about the rights of students to manifest their diversity, especially with regard to gender and sexuality, the Brazilian public school is still characterized as a conservative space and reproducer of heteronormative standards. Research shows that the school is governed by managers, teachers and employees who have difficulties in dealing with the issue, including often having attitudes recognized by students as homophobic. In these terms, the main ojective of this integralist review was to understand and explain teachers' perceptions on the themes of gender education, sexual diversity and homophobia in school. To achieve this goal, an integrative review was carried out. The databases used for data collection were the platforms of the Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (Lilacs) and the Virtual Library Scientific Electronic Library Online (Scielo). The descriptors used to search for articles

that dealt with the themes were the following: teachers' perceptions of gender education, teachers' perceptions of sexual diversity, and teachers' perceptions of homophobia. The problem question that guided the literature survey and the discussions was the following: what are the teachers' perceptions about gender education and homophobia from the perspective of human rights in the school context? At first, a total of 19 articles were selected. After a systematic evaluation of the articles, those that were in accordance with the objectives and criteria established a priori were selected, with 03 articles from the Scielo platform and 08 from Lilacs between the years 2011 and 2017.
The results showed that teachers manifest reductionist conceptions about themes related to gender, sexuality and homophobia in the school context. Regarding the latter, they stated that all types of homophobic practices must be fought, however, in their discursive perceptions it is possible to identify homophobic beliefs, which lead to homophobic practices. Regarding the issue of Human Rights, the teachers expressed little understanding about the necessary relations of these with the issue of gender education, sexual diversity and combating homophobia. In this sense, personal beliefs, especially religious beliefs, have more power and importance than the principles established for Human Rights per se.
It can be concluded that it is necessary that training practices in the school context need to address, in a more incisive and significant way, the themes related to the rights of students to the manifestation of sexual diversity and gender, as well as to the fight against homophobia, this, relating the themes to Human Rights. To study and reflect that regardless of religious, cultural, political beliefs and traditions, etc., respect for the subjectivity of the other is of fundamental importance to build a democratic educational context, with a view to respecting the individual and collective rights of school subjects.

Keywords: Teachers' perceptions. Gender Education. Homophobia.

INTRODUÇÃO

No que diz respeito à educação de gênero, diversidade sexual e combate a homofobia, a escola pública brasileira ainda é caracterizada por casos de homofobia e discriminações afins, a situação se torna ainda mais crítica quando pesquisas mostram que esta é regida por gestores, professores e funcionários que apresentam atitudes homofóbicas. Infelizmente, muitos professores/educadores que estão à frente do processo pouco conhecem sobre as temáticas, por isso e também por questões relacionadas à formação histórico-cultural, acabam por alimentar – ao invés de educar e combater – situações de homofobia e discriminações que em nada cooperam para a formação de uma sociedade crítica em relação aos Direitos Humanos e efetivação do que estabelece a Carta Magna Nacional (Constituição Brasileira) em relação aos direitos e liberdades dos "cidadãos" brasileiros.

O Brasil é um país reconhecido como democrático, regido por uma Constituição considerada cidadã, que estabelece que "todos são iguais perante a lei", que "todos têm o direito de ir e vir", que "todos tem o direito a vida, a saúde, a educação", que "todos têm direito à liberdade artística, religiosa e sexual", que "todos têm direito a liberdade política, de expressão", onde o pré-conceito e o racismo são considerados crime. Todavia, é marcado por casos de homofobias e preconceitos. Infelizmente aqueles que não estão enquadrados no paradigma heteronormativo da sociedade, são tidos como "estranhos", "aberrações", "escórias", "demoníacos" etc., com isso, os casos de homofobias são muitas vezes tidos como normais e de certa forma aceitáveis, tratados com naturalidade ou ignorados até mesmo pelos professores, sujeitos que são responsáveis por desenvolverem o senso crítico nos educandos.

Embora haja por parte dos docentes, percepções passivistas em relação à questão da homofobia e discriminações afins relacionadas à temática educação de gênero: lésbica, gay, bissexual, transexual, transgênero (LGBTT), é possível entender que este pouco caso não é proposital ou planejado, pois está relacionado à formação familiar, cultural, religiosa que recebeu ao longo da vida, bem como, a formação que recebeu ao graduar-se.

Pesquisas como a de Abramovay (2005); Junqueira (2009) e Dayrell (2003 e 2009) mostram que grades curriculares de faculdades que formam professores não abordam ainda

a temática de gênero e sexualidade como se deve. Desse modo, muitos docentes concluem a graduação com pouca ou nenhuma formação sobre como abordar e desenvolver trabalhos sobre as questões relacionadas à educação de gênero, sexualidade e combate a homofobia no contexto escolar. Em decorrência disso, casos de homofobias não recebem a devida atenção nas escolas, levando assim a eclosão de violências psicológicas e físicas para com alguns alunos. Isto é uma questão preocupante, pois por ser uma instituição estratégica para a formação do cidadão que atuará na sociedade, portanto, deveria ser melhor aproveitada para desenvolver à conscientização dos direitos em relação a liberdade humana.

Diante da necessidade de se construir uma sociedade mais justa e igualitária, desprovida de preconceitos, é de suma importância refletir sobre o preconceito homofóbico que está fortemente inserido no espaço escolar, causando sofrimento e dor a quem é acometido por esse tipo de injustiça, gerando desânimo, desistência ao aluno, prejudicando seu rendimento escolar - haja vista que o educando que é agredido, perde a motivação em relação à escola e muitas vezes da própria vida, podendo cometer suicídio. (JUNQUEIRA, 2009). Desse modo, vê-se que é imprescindível que as percepções dos educadores sejam efetivas no sentido de combater todo tipo de homofobia e desenvolver a conscientização em relação aos direitos dos alunos.

Um poderoso exemplo da necessidade de práticas voltadas para a educação de gênero e sexualidade nos espaços escolares é a pesquisa "Perfil dos Professores Brasileiros" que foi realizada por Junqueira (2009), em todas as unidades da federação brasileira, na qual foram entrevistados 5 mil professores da rede pública e privada, esta demostrou, que para 59,7% deles é inaceitável que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles preferem nem ter vizinhos homossexuais. (JUNQUEIRA, 2009). Grande percentual (em média 45%) dos professores/as declararam não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula. Muitos ainda têm a percepção de a homossexualidade ser uma doença, cerca de 12% de professores/as em Belém, Recife e Salvador, entre 14 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza. Em relação aos alunos, parcela significativa declarou que não gostariam de ter nas salas de aulas colegas homossexuais. Estes dados mostram a urgente necessidade de se entender à questão.

Levando estes dados em consideração, Junqueira (2009), problematiza a questão da homofobia, refletindo sobre a necessidade da implementação dessa temática nas políticas públicas e a necessidade da mesma ser incluída efetivamente na formação do educador. Para Junqueira (2009), profissionais da educação, devem ter consciência de que o trabalho está entrelaçado ao quadro de Direitos Humanos, todavia fortalecem e perpetuam o preconceito quando agem com indiferença e muitas vezes com cumplicidade diante das injustiças recorrentes de homofobia.

Nesse sentido, a escola configura-se um lugar de opressão e de violências para os educandos LGBTT. Embora todo o alunado esteja em situação de vulnerabilidade por conta da luta pela afirmação sexual dos jovens, ainda são os homessexuais que enfrentam maiores problemas, conflitos, inaceitação da maioria, discriminação por parte dos colegas, professores, gestores etc.

A insensibilidade dos profissionais da educação diante das mais variadas violências sofridas por educandos LGBTT, tendem a desestimulá-los, causando profundos problemas de afirmação sexual, social, psicológico, fortalecendo nesses educandos, um processo distanciamento de uma cruel realidade. Por isso, é urgente a necessidade de que algo seja feito. Assim, a contribuição científica desta pesquisa se dá em refletir, compreender e explicar as percepções docentes sobre educação de gênero e homofobia na perspectiva dos direitos humanos no contexto escolar.

Para alcançar este objetivo foi feita uma revisão integrativa. Os descritores utilizados para a busca de dados foram os seguintes: percepções docentes sobre educação de gênero; percepções docentes sobre diversidade sexual; e percepções docentes sobre homofobia. A pergunta problema que direcionou o levantamento da literatura e as discussões foi a seguinte: quais são as percepções docentes sobre educação de gênero, diversidade sexual e homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos no contexto escolar? A princípio foram

selecionados um total de 19 artigos. Após uma avaliação sistemática dos artigos, foram selecionados aqueles que estavam de acordo com os objetivos e critérios estabelecidos a priori, sendo 03 artigos da plataforma Scielo e 08 da Lilacs entre os anos de 2011 a 2017. Nestes foram feitas leituras mais acuradas e deram as bases teóricas necessárias para as discussões realizadas.
Os artigos analisados seguem na tabela 01 logo abaixo, nesta há os títulos, anos dos artigos e as plataformas ao qual estão indexados.

Tabela 01. Título e ano de publicação dos artigos analisados

Títulos	Anos	Plataformas
Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental	2011	Lilacs
Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar	2011	Lilacs
Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade	2012	Lilacs
Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar	2012	Scielo
Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente	2013	Lilacs
Body, gender and sexuality in teacher training: a meta-analysis	2015	Scielo
Homofobia na Escola: As Representações de Educadores/as	2015	Lilacs
Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as	2015	Lilacs
Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña	2015	Lilacs
O discurso da licenciatura em educação física sobre as questões de gênero na formação profissional em educação física	2016	Lilacs
Religião, formação docente e socialização de gênero	2017	Scielo

Fonte: Tabela construída pelos autores

PROBLEMATIZAÇÃO
Uma das preocupações que permeiam a educação atualmente são as discussões em torno do respeito e do reconhecimento da diversidade sexual, por esse motivo faz-se necessária à busca por compreensão das origens da homofobia e de estratégias para combatê-la.
É sabido que essas discussões não são recentes, contudo, no Brasil ainda soa com muita desconfiança e conservadorismo, todavia, já existem importantes projetos de educação que visam desenvolver o senso crítico sobre o respeito pelas diversidades. Pode-se dizer que os debates em torno da diversidade sexual na educação estão associados à ação dos movimentos sociais LGBTT, movimentos que coincidentemente ou não se fortaleceram, de forma direta ou indireta, intensificados em meados dos anos de 1960, principalmente das lutas pelos direitos civis.
A escola tem avançado sob múltiplos aspectos, entretanto, quando se trata de educação de gênero (homossexualidade) no ambiente escolar. Abramovay (2005) afirma que a comunidade escolar não está pronta para lidar com essas discussões, e optam pelo silencio, muitas vezes, contribuindo ativamente, para a reprodução desse tipo de violência.
Junqueira (2009) apontou que a homofobia interfere negativamente no bem-estar subjetivo dos educandos, no rendimento escolar, produzindo medo, insegurança, desinteresse pela escola que muitas vezes acarreta em abandono da mesma. Além de levar muitos adolescentes do ensino básico ao suicídio por conta das pressões e discriminações homofóbicas.
Ainda de acordo com Junqueira (2009) educação de gênero é relegada nas escolas de ensino básico, seja porque os educadores não explicam a respeito por desconhecerem ou se incomodarem com a questão, haja vista, muitos agirem de forma homofóbica, seja porque não receberam formação adequada sobre a questão, como também porque o assunto não é abordado como componente curricular, muito menos nos livros didáticos ou porque os professores prefiram não se comprometer com essa temática, pois acreditam que essa é uma responsabilidade unicamente das famílias dos educandos.
Segundo Junqueira (2009) a vida escolar é uma das fases mais importantes na vida de um ser humano, por esse motivo, a escola é responsável por formar cidadãos críticos e conscientes para atuarem na sociedade com responsabilidade, entretanto a escola tem se omitido frente a questões relativas à formação consciente de seus educandos, como por exemplo, se omitem diante de preconceitos, brigas e questões como homofobia.
Ao estudar a questão foi possível observar que até mesmo documentos e diretrizes reguladoras da educação nacional precisam urgentemente se adequarem a esta nova realidade de necessidades educativas, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (BRASIL, 1999), as Diretrizes Curricula-

res Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM (BRASIL, 2000) e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996). Bem como, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. (RASIL, 2017).

Abramovay (2005), bem como Dayrell (2003, 2009), apontaram que a escola, com o tempo, tem se tornado cada dia mais um ambiente privilegiado de conflitos e estranhamentos, esse fenômeno acontece porque há no mesmo espaço, pessoas de diferentes etnias, gênero, religião, diversidades afins. Contudo, muitas referências curriculares não dão a devida ênfase aos problemas destacados, principalmente aquele relacionado à diversidade sexual, neste perfil, entende-se que se enquadram os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1999). Todavia, trata a questão como conteúdo "transversal".

Infelizmente os currículos dos sistemas educativos brasileiros não tratam ou tratam de forma elementar as questões relacionadas à identidade de gênero, direitos sexuais, liberdade sexual. Vê-se que são temas evitados pelos currículos prescritos, rotina escolar e práticas docentes em sala de aula. Por isso e outros fatores, são urgentes e necessárias novas problematizações e conhecimentos que tragam à luz discussões direcionadas pelos educadores sobre as temáticas, para que a escola venha a ser um local que preze pelo respeito às diversidades.

Observa-se, nestes termos, que é urgente o desenvolvimento de propostas de vivências e combate ao ódio, homofobias e preconceitos para com a juventude LGBTT, principalmente nos ambientes educacionais. Isto por conta das inúmeras hostilidades que estes estudantes enfrentam todos os dias nas escolas, portanto, buscar formas de superar estas barreiras e aumentar a capacidade de as organizações educativas enfrentarem o problema e defender os direitos dos/das adolescentes e jovens no Brasil, bem como, avançar na promoção da igualdade dos jovens LGBTT, por meio de políticas públicas e práticas pedagógicas, nos dias atuais, torna-se mais que uma necessidade. A formação docente para lidar com a questão é fundamental e mais que urgente. (DAYRELL, 2003, 2009). Para que isto aconteça é importante à formação docente sobre as temáticas, relacionando-as aos princípios dos Direitos Humanos, para que assim possam ter percepções não preconceituosas em relação às questões. Enquanto estes levarem em consideração primordialmente suas percepções religiosas em detrimento aos Direitos Humanos, será difícil de observar mudanças efetivas e significativas no contexto escolar.

EMBASAMENTO FILOSÓFICO

Paulo freire, mentor da educação para a conscientização, foi um dos mais importantes educadores brasileiros, deixando como legado uma das mais importantes contribuições para a educação, seu trabalho é reconhecido em nível nacional e internacional. Paulo Freire trabalhou em prol de uma sociedade mais igualitária e justa, principalmente em defesa da população marginalizada e oprimida, assim como ele mesmo intitulou uma de suas obras mais importantes "Pedagogia do oprimido" (1987), bem como, "Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática docente" (1996), que reflete a condição de homem consciente e de seu compromisso para com a sociedade e respeito ao outro.

Partindo dessa perspectiva, suas ideias são imprescindíveis para o processo de formação docente inicial e continuada no que tange a reflexão crítica e como estas se articulam com a prática pedagógica. Para Freire, a teoria é válida se tiver um caráter transformador, se for útil para transportar o homem, à reflexão e a conscientização. Quanto à prática, Freire pensa em subjetividade/objetividade, colocado como práxis que o homem precise não só conhecer o mundo, mas que possa transformá-lo. O conhecimento é um ato ativo, de conscientização, intercomunicação, no qual a educação seja concebida pelos homens entre si mediados pelo meio, dizia ele: "[...] a práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo". (FREIRE, 1996, p. 40). Sendo assim, a função da prática é a de agir sobre o mundo para transformá-lo, lutar contra os preconceitos, discriminações e todo tipo de desigualdade.

O processor pode ser concebido na teoria de Freire (1996) como uma liderança revolucionária, que deve utilizar-se de sua prática para promover libertação, humanização, igualdade, justiça, o bem-estar de todos, pondo em prática o "fazer junto" ao invés do "fazer para", porque o mais importante não é o destaque

de um, mas o melhor para todos – a democracia.

Freire (1987, 1996) defende que a educação deveria ser concebida criticamente e em conjunto, ou seja, o educando aprenderia com o educador e o educador com o educando, sem preconceitos e sendo influenciados pelo meio, e só assim, poderiam transformar o meio, através de suas concepções. Segundo Freire (1987), a escola conservadora fabrica alunos acomodados e satisfeitos com o mundo existente, contudo, para ele o real papel da educação é de incomodar e lutar por justiças. Ainda de acordo com Paulo Freire (1996), a prática do educador não deve ser autoritária, muito menos conservadora, mas deve proporcionar ao educando autonomia, dignidade, promover a instigação, curiosidade, para que o educando, ao ser provocado pelo educador, busque respostas e não aceite como única resposta a do educador, sendo que o papel desse é o de intermediar, buscar junto, aprender junto, porque as vivências, gêneros, diversidade sexual, percepções e etc., dos educandos devem ser respeitadas.

Segundo Freire (1987, 1996), o educador, em sua prática, deve estimular os alunos a desenvolverem-se em pensamentos críticos, deve respeitar as diferenças, sem preconceitos, porque as discriminações são imorais e contrárias a pratica docente que deve ser patrocinadora de justiças e de busca e preservação da igualdade. Desse modo, o educador precisa estar envolvido com a sua prática para que consiga envolver os educandos, exercendo seu ofício com ética e respeito por si e pelos educandos, dando o exemplo perceptivo e prático de luta por igualdade e justiça.

O papel do professor é de grande importância para o desenvolvimento social, precisa afastar-se de suas ignorâncias e ouvir, compreender o aluno, e buscar desmontar todo e qualquer tipo de discriminação para que assim ele possa efetivamente promover educação de qualidade. Ou seja, de forma que uma consciência emancipadora seja construída (GRAMSCI, 2011), a partir da escola, de forma que todo tipo de violências, homofobias e preconceitos afins sejam abominados.

Assim, fica evidenciado a necessidade de se avaliar e repensar as práticas docentes, as propostas de ensino-aprendizagem que sejam agregadoras e harmônicas das diversidades presentes nas escolas, de forma que os educandos que manifestem preferências fora do padrão heteronortivo não sejam rechaçados da convivência social.

DISCUSSÃO

As percepções docentes sobre diversidade sexual, gênero e homofobia etc., ainda são bastante conservadoras e tímidas no Brasil. Os artigos lidos são enfáticos ao apontarem que, inclusive os currículos escolares, apresentam fortes conservadorismos sobre as questões, além de basicamente não terem práticas efetivas de formação docente para o respeito da diversidade sexual, educação de gênero e combate a homofobia. Quando há, são muitas vezes coagidas pelas tradições patriarcais machistas e religiosas que condicionam as crenças e caminhar da sociedade, bem como as práticas pedagógicas.

A constituição da diversidade se¬xual como um tema educacional está ligada ao combate da homofobia e respeito às diversidades, isto tem estreita relação com os Direitos Humanos, contudo, tem sido abordada com outros focos de atenção, isto é, relacionada às doenças sexualmente transmissíveis, a AIDS, e a gravidez na adolescência. Desse modo, se esvazia e tira o real foco que devem ter as discussões sobre a temática.

Uma pergunta que se faz diante das temáticas em discussão é: qual a importância de se discutir sexualidade, gênero e homofobia na perspectiva dos direitos humanos no contexto escolar? Uma das muitas respostas seria porque que é no contexto escolar que surgem situações de violência e exclusão para com aqueles que não pertencem ao padrão sexual hegemônico. As tradições culturais machistas, religiosas, patriarcalistas influenciam diretamente o contexto e rotina escolar, bem como as percepções e práticas docentes, inclusive, ao analisar o cotidiano escolar, percebe-se que está organizado de forma difusa. A tradição religiosa, que influencia as percepções e práticas docentes, é manifestada por meio de expressões de linguagem, uso de roupas e acessórios, murais e comemorações, de forma a haver uma naturalização das tradições machista-cristãs no ambiente escolar. Esta tradição muitas vezes, orienta e condiciona os docentes nas escolhas didáticas, na seleção de livros e definição de objetivos educacio-

nais. Assim, não é estranho dizer que a religião é forte condutora das percepções docentes e consequentemente do trabalho escolar. (KNOBLAUCH, 2017).

Os artigos, direta ou indiretamente, faziam referências ao poder das percepções de caráter religiosas que os professores manifestavam. Por isso, entender as influências religiosas é de suma importância para compreender como esta variável condiciona não apenas as percepções, mas também as práticas pedagógicas, além de infelizmente serem uma barreira para o desenvolvimento de uma educação que respeite a diversidade sexual, gêneros e o combate a homofobia.

Knoblauch (2017), por exemplo, apontou as fortes influências da religião na formação de professores de um curso de pedagogia. Demonstrou que as contradições são evidentes, principalmente no discurso e nas práticas pedagógicas em sala de aula. Pois, enquanto os docentes concordam discursivamente que é necessário respeitar as diversidades, manifestam, em contrapartida, que não se sentem à vontade para trabalharem a temática em sala de aula. Dizem que não tem a formação necessária, contudo, demonstram também pouco ou nenhum esforço para superarem as limitações formativas em relação às questões. Muitos docentes fazem uso de discursos que contradizem os próprios discursos a partir de certas práticas pedagógicas, como por exemplo, de que respeitam, mas não acham "normal", "natural", menino fazer coisas de meninas e vice-versa. (KNOBLAUCH, 2017). Isto nem sempre acontece em per si, mas muitas vezes inconscientemente, evidenciando assim o poder formativo-cultural; familiar, religioso, político, machista, patriarcal ao qual estiveram submetidos desde o nascimento.

Os artigos analisados expuseram que há inclusive fortes concepções "sexistas" entre os docentes em relação à educação de gênero e diversidade sexual na escola. Isto quer dizer que há certa naturalização de que a heterossexualidade é superior do ponto de vista social, moral e do desenvolvimento psicológico às outras formas de expressão da sexualidade. Concebem, a partir disso, que a masculinidade e a feminilidade se complementam de forma "natural". Evidenciado assim também o poder e força da concepção tradicional sobre sexualidade. A esse respeito, é importante destacar que as percepções "sexistas" produzem a ilusão de que a sexualidade pertence ao âmbito do "privado" e a educação nestes termos não deveria discutir certas temáticas, como por exemplo, principalmente questões que envolvam gênero. (NARDI & QUARTIERO, 2012).

A situação não é um problema apenas no contexto escolar da educação básica, na verdade pode-se dizer, guardando as devidas proporções, que é uma consequência da forma que estão organizados os cursos de licenciaturas, sobre como tratam a questão. A esse respeito, Gesser (2012) apontou que nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de licenciaturas, como de pedagogia, as grades curriculares não levam em consideração a questão de gênero e sexualidade de forma efetiva e intensa, principalmente relacionando-as aos princípios da Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Há, inclusive, cursos de graduações que não apresentam propostas e disciplinas formadoras nessa perspectiva. Quando há, não são organizadas do ponto de vista teórico-metodológicos para dar condições devidas os professores para lidarem com a questão no contexto escolar. (CORREIA, 2016).

Observou-se que há também o fator do desenvolvimento de uma educação condicionada às tradições culturais conservadoras nos cursos superiores, isto consequentemente tem impactos no cotidiano das salas de aula, onde, por exemplo, a temática sexualidade e gênero são tratadas sob a perspectiva biológica ou do ensinamento de preceitos morais. (GESSER, 2012).

Há, propostas curriculares que discutem a questão apenas quando tratam do tema doenças sexualmente transmissíveis. Manifestando assim, veladamente, desapreço a necessidade de debater permanentemente no cotidiano e rotina escolar a temática.

Identificou-se também que há por parcela significativa dos docentes o desconhecimento das políticas estaduais e diretrizes federais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas sobre a diversidade sexual e de gênero, bem como, de combate a homofobia no contexto escolar. A esse respeito, Finco (2015, p. 15) destacou que:

[...] la producción y los debates académicos

sobre las temáticas de género en el ámbito de las políticas públicas de educación, destacan las contradicciones entre las propuestas de inclusión de género en las propuestas educativas y la ausencia de acciones que garanticen la debida implementación de las nuevas exigencias para la práctica docente en instituciones de educación [...].

Além da falta de políticas públicas relacionadas a formação e orientação das práticas docentes, as que existem são pouco divulgadas e pouco conhecidas pelos educadores, há também certa apatia (descaso) em relação aos temas. Embora já haja ilhas de resistências e contra-cultura. (LOURO, 2003).
O contexto de nascimento, crescimento, religioso, acadêmico (inclusive no ensino superior) condicionam a postura profissional a posições de caráter pessoais, estas geralmente estão relacionadas às crenças religiosas. Com isso, há o fortalecimento da naturalização de hábitos, concepções e valores sobre a temática sexualidade, gênero e homofobia.
Os artigos analisados demonstraram também que muitas pesquisas têm apontado que o sistema educacional, principalmente da educação básica, colabora com a manutenção de ideias preconceituosas em relação às identidades das pessoas, com base em critérios culturais, políticos, religiosos fixos acerca das concepções do que é ser mulher e homem.
A esse respeito, pôde-se observar as fortes relações de poder estabelecidas pelas percepções religiosas hegemônicas em relação ao que é ser "macho" e "fêmea". (LOURO, 2003; MEYER, 2003).
Portanto, neste ínterim, a escola atua como instituidora de representações, dita não apenas comportamentos, concepções e atitudes para os alunos, mas também classificando e reprimindo aqueles que não estão enquadrados nas normas consideradas "normais", "adequadas", "naturais" etc., têm-se como exemplo, a formação curricular, a escolha dos conteúdos e materiais a que serão trabalhados, o estabelecimento de relações interpessoais entre os pares e os métodos utilizados no ensino. (MAIA & al et., 2011). Assim, a escola, principalmente diante das percepções docentes do que é "ideal", "natural", busca adequar os alunos(as) ao gênero a que pertence "naturalmente". (BRITZMAN, 1996). Com isso, as percepções tradicionais (conservadoras) dos professores acerca das questões de gênero e sexualidade são refletidas em suas práxis educativa. Dessa forma, observa-se que há sorrateiramente o controle do que o outro deve ser, de como deve se comportar, de sua identidade, ou seja, se é homem, deve se comportar, vestir, falar como homem, se é mulher, deve se comportar também como tal. (MEYER, 2003).
Apesar da maioria dos educadores acreditarem que a escola deve realizar um trabalho de educação sexual, há uma lacuna entre o que está previsto nos documentos curriculares, legislações e diretrizes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1996), e a realidade concreta. Também por isso, os trabalhos de educação sexual e gênero são limitados.
Há lacunas em termos de formação de professores para lidar com as questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola, principalmente relacionando as temáticas aos Direitos Humanos. (MADUREIRA, 2015).
Por isso que de acordo com Madureira (2015), bem como Junqueira (2009) e Louro (2003), há a necessidade urgente de que os professores mudem suas percepções sobre as raízes histórico-culturais e as bases afetivas dos preconceitos e adotem abordagens pautadas nos Direitos Humanos integrados ao combate à homofobia e respeito às diversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta revisão tivemos como objetivo entender as percepções docentes sobre os temas diversidade sexual, educação de gênero e homofobia no contexto escolar a luz dos Direitos Humanos. Foi possível entender que as representações dos/as docentes acerca dos temas englobam variedades de pensamentos, como: crenças, ideias pré-estabelecidas e contradições por conta de diferentes influências e tradições, a esse respeito, teve destaque a tradição religiosa dominante (cristã).
Os docentes manifestam concepções reducionistas acerca dos temas que estão relacionados a gênero e sexualidade. A respeito da questão homofobia, manifestam que devem ser combatidos todos os tipos de práticas homofóbicas, contudo, nos discursos dos mesmos é possível identificar crenças que levam a práticas veladas ligadas a homofobia. Dificil-

mente relacionam os Direitos Humanos com a questão da diversidade sexual.
Em síntese, os estudos divulgados nos artigos selecionados e lidos, evidenciaram que é necessário que os docentes abordem, de modo mais incisivo e significativo, os temas diversidade sexual, gênero e homofobia no contexto escolar, relacionando-os aos temas que enfoquem os Direitos Humanos. De forma que desenvolvam práticas educativas que mostrem que independente das crenças e tradições religiosas, culturais e políticas das pessoas, o respeito pela diversidade é de fundamental importância para se construir um contexto educacional democrático, livre e respeitoso dos direitos individuais e coletivos.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (2005). Juventudes no Brasil. Vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. Em J. C. Petrini & V. R. S. Cavalcanti (Org.). Família, sociedade e subjetividades. Uma perspectiva multidisciplinar (pp.55-83). Petrópolis: Vozes.

AVILA, André Heloy; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ANDALO, Carmen Silvia de Arruda. Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. Psicol. estud., Maringá , v. 16, n. 2, p. 289-298, June 2011.

ALTMANN, H. (2013). Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. Sexualidad, Salud y Sociedad, (13), 69-82.

BRASIL (PCN'S). Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Ministério da Educação. Brasília,1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/ CNE, 2000.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN; Brasil, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. Base Nacional Curricular Comum: BNCC. (MEC), 2017.

BRITZMAN, D. P. (1996). O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. Educação & Realidade. Rio Grande do Sul, Cidade, vol. 21, n. 1, pp. 71-96.

CORREIA, Marcos Miranda et al. O discurso da licenciatura em educação física sobre as questões de gênero na formação profissional em educação física. SALUSVITA, Bauru, v. 35, n. 1, p. 67-83, 2016.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação. set./out./nov./dez. 2003.

_____. etalli. O aluno do Ensino Médio: o jovem desconhecido, in Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio. TV Escola. Ano XIX. Boletim 18. Brasília: MEC. novembro 2009.

FINCO, D. (2015). Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 13 (1), pp. 85-96.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia – Saberes Necessários à prática Educativa. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GESSER, Marivete et al. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. Psicol. Esc. Educ., Maringá, v. 16, n. 2, p. 229-236, Dec. 2012.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Parte III, Caderno 22: Americanismo e fordismo.

JUNQUEIRA, R. D. (UNESCO). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério

da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. Temas psicol. vol.23 no.3 Ribeirão Preto set. 2015.

MAIA, A. C. B., Navarro, C., & Maia, A.F. (2011). Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. Revista Psicologia da Educação, 32(1), 25-46.

ONU. Declaração Universal do Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf - Acessado em 27.06.2018.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da; SANTOS, Claudiene. Homofobia na escola: as representações de educadores/as. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 635-647, set. 2015 .

MEYER, D. G. (2003). "Escola, currículo e diferença: implicações para a docência". In: Barbosa, R. L. L. Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo, UNESP, pp. 257-265.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, Aug. 2012.

KNOBLAUCH, Adriane. Religião, formação docente e socialização de gênero. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 3, p. 899-914, Sept. 2017.